



DESAFIOS A MOÇAMBIQUE: nação e narrativas pós-coloniais¹

Maria Paula Meneses²

*Estavam os 4 pés da mesa a discutir
Eu Eu Eu Eu é que seguro a Mesa de pé*

(Mutimati Barnabé João, 2008)

PORQUÊ o pós-colonial?

A constituição mútua do Norte e do Sul e a natureza hierárquica das relações Norte-Sul permanecem cativas da persistência das relações capitalistas e imperiais. No Norte global, os ‘outros’ saberes, para além da ciência e da técnica, têm sido produzidos como não existentes e, por isso, radicalmente excluído da racionalidade moderna. Os agentes que produzem estes saberes metamorfosearam-se, pela ação da moderna ciência, em portadores de conhecimentos secundários, em não-seres: objetos subalternos, sem direito à voz (SPIVAK, 1988). Este encontro colonial, no âmago do qual se encontra a racionalidade moderna, gerou não apenas zonas iluminadas; pelo contrário, é produtora permanente de zonas sombrias, assinalando que a racionalidade moderna é geradora não apenas da ciência e da técnica, mas também de uma lógica capitalista impessoal e devastadora, de uma ordem política desigual e monocultural (SANTOS, MENESES e NUNES, 2005, p. 33-34).

¹ Este texto foi desenvolvido no cruzamento de vários projetos de investigação financiados pela FCT, Portugal.

² Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Brasileiros, angolanos, moçambicanos, partilhamos a experiência colonial europeia moderna cujo traço característico deriva das relações de dominação, fundadas na ideia da inferioridade racial ou étnico-cultural do colonizado. O colonialismo, como projeto político, perseguiu um objetivo: a negação do direito à história pelos povos dominados, através da violenta usurpação do seu direito à autodeterminação. Quer em situações de colonização direta, quer de neocolonialismo, assiste-se à negação da humanidade do Sul global.

A relação colonial de exploração e dominação persiste nos dias de hoje, sendo talvez a colonização epistêmica o eixo mais difícil de ser abertamente criticado. O colonialismo, como parte integrante do projeto político capitalista, perseguiu um objetivo: a negação do direito à história pelos povos dominados, situação que se traduz nos nossos dias (quer em situações de colonização direta, quer de neocolonialismo) na negação da humanidade do Sul global. Os agentes de outros saberes subordinados epistemicamente pela ciência moderna, transvertem-se em não-seres (MALDONADO-TORRES, 2007: 242-243). A partir da sua condição, geradora de lutas e experiências, estes agentes subalternizados desafiam a raiz imperial do moderno conhecimento contemporâneo, dilatando as discussões e propostas pós-coloniais.

A diversidade teórica e temática que os debates pós-coloniais suscitam resulta do fato das suas raízes assentarem na denúncia das múltiplas situações coloniais e na procura de um alargamento das perspetivas epistémicas. E como vários autores têm argumentado,³ todos os ‘pós’ enfrentam um profundo problema – o de cartografar o terreno, o objeto de estudo – o qual deve ser coerente e possibilitar um diálogo interessante e coerente entre os que partilham esse campo teórico e metodológico.

O fim do colonialismo enquanto relação política não corresponde ao seu fim enquanto relação económica, mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória; desafiar a latência colonial passa por problematizar a hegemonia do conhecimento que sustenta este projeto. As correntes teóricas e críticas que têm vindo a desafiar esta hegemonia inscrevem-se no pós-colonial, uma gramática política que procura refletir sobre os processos de descolonização, nas zonas originadas pelo violento encontro colonial. Este questionar deve ser visto como

³ Veja-se, entre outros, McClintock, 1995; Rattansi, 1997, e Santos, 2006.

uma possibilidade contingente de mudança em direções que não reproduzem a subordinação cultural, política e económica, inaugurando a “descolonização da imaginação” (THIONG’O, 1986).

A importância da (re)análise do impacto do encontro colonial está patente, nos nossos dias, no desafio à desmistificação das visões estereotipadas, de cariz eurocêntrica, sobre o ‘resto’ do mundo. Como Elleke Boehmer salienta, “a hegemonia europeia acredita fortemente no potencial universalizante dos conhecimentos [modernos] no campo da ciência e da política, em particular nas suas formas de racionalidade” (1995, p. 79). Uma das consequências deste empobrecimento quanto às possibilidades de conhecer o mundo foi o desenvolver, por parte de muitos dos que foram formados nesta lógica, no interpretar da realidade exclusivamente a partir de uma única perspetiva, a da moderna racionalidade eurocêntrica.

Procurando desafiar a (re)produção de uma única (universal) visão do mundo, os estudos pós-coloniais têm privilegiado estudar, de forma densa e complexa, as ramificações políticas e culturais do impacto colonial nas sociedades contemporâneas. Como projeto intelectual, estes estudos almejam descentrar o olhar e as conceções eurocêntricas na análise social, introduzindo uma perspetiva crítica que aposta em transformar o presente, onde a história contemporânea é crescentemente produzida fora do ‘Norte global’. Este reclamar de outras histórias, para além da ‘biblioteca colonial’ sugere, na senda do que Thiong’o propõe, a possibilidade, multicentrada, de fabricar histórias em redes, onde cada um dos centros representa “uma posição igualmente legítima da imaginação humana” (1993, p. 26). Neste contexto, o descentrar da produção de conhecimento sugere um mundo simultaneamente local e global. Ou seja, um local onde - a partir da articulação entre teoria, prática política e uma análise crítica - se desvenda o mundo como este é e acontece, reunindo fragmentos da história num processo dialógico de tradução entre culturas.

Especificamente o registro deste artigo é de um apelo ao estudo das especificidades de lugares particulares que deverão ser trazidos à discussão, não apenas como projeto de pesquisa empírica, mas também para desagregar as macro-narrativas sobre as circunstâncias da situação colonial e pós-colonial. As histórias coloniais exigem um sentido do lugar - uma apreciação do contraste entre os vários momentos e lugares gerados pelo encontro colonial - e a habilidade para evocar a diferença e criar traduções contemporâneas entre estas.

MOÇAMBIQUE NA ENCRUZILHADA: as transformações políticas e os processos identitários

As categorias produzidas pela modernidade, como identidade nacional, etnicidade, cidadania, democracia foram historicamente construídas durante o encontro colonial, estando, por isso mesmo, imbuídas das relações de violência que este encontro gerou; como esta situação não mudou radicalmente, as hierarquias raciais, étnicas e simbólicas continuam presentes em muitos cenários. Pensar processo identitários em situações de transformação dinâmica, como é o caso de Moçambique é uma excelente oportunidade para pensar novos instrumentos que ajudem a desenhar outras cartografias de conhecimentos e pertenças.

Nos contextos atuais da história dos Estados-nação pós-coloniais importa questionar as razões que transformam a delimitação de fronteiras e as políticas de pertença e cidadania em espaços de conflito aberto. Em contextos como os de Moçambique, um país atravessado pela fúria neo-liberal, o problema de se saber em que consiste a integridade nacional, em questionar os sentidos de pertença e as suas implicações morais e materiais. Justamente porque estas questões são tão reais e imperativas que ganham a força e sentidos que nos impelem a uma reflexão mais profunda.⁴

O Estado moçambicano assenta, nos seus objectivos políticos, num projecto de nação. No caminho para a realização deste projecto esbarra em vários obstáculos que o têm obrigado a ter em atenção várias resistências de carácter cultural e político. Sem procurar insistir na definição de conceitos, a nação é aqui vista em dois sentidos muito genéricos: o político e o cultural, intimamente ligados e interdependentes. No sentido político, a nação emerge como uma referência ideológica através da qual se pretende legitimar o Estado e garantir maior eficácia à sua actuação; já no sentido cultural ela projecta-se como uma

⁴ Moçambique ascendeu à independência fruto de uma luta nacionalista cuja última etapa – de luta armada, liderada pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), se estendeu até 1974. Após negociações com Portugal, potência colonizadora, Moçambique surgiu como país em 1975. A FRELIMO transformou-se posteriormente em partido político (partido Frelimo), estando no poder desde 1975.

comunidade que compartilha, não apenas um território e uma vontade de perseguir determinados objectivos, mas também e sobretudo um conjunto de hábitos e tradições específicas, de história e de mitos. As tentativas de estabelecer relações directas entre os povos, a história e um território específico revelam-se fáceis ao nível teórico, mas problemáticas quanto à sua aplicação real. Este conceito, ao remeter para um conjunto de experiências colectivas que antecedem e condicionam a actuação e o pensar dos indivíduos, impõe determinadas responsabilidades a esses mesmos indivíduos. O estudo das discussões em torno de projectos nacionais é revelador das ambiguidades e conflitos que lhe estão associados (HOBSBAWM, 1992), exigindo opções teóricas e práticas de natureza vária, nem sempre lineares, e produzindo reajustamentos progressivos.

O fim da presença colonial portuguesa em Moçambique significou o reorganizar político e cultural do tecido social presente no território. Embora em termos teóricos a imaginação da nação se constitua como elemento fundacional dos projectos identitários, a aplicação da proposta teórica de ‘nação imaginada’ (ANDERSON, 1983) ao Moçambique independente revela-se problemática. Com efeito, o sistema de produção de uma identidade nacional estava pouco estabelecido, tendo sido alvo, ao longo do último século, de permanente contestação, face à diversidade cultural do país. Na realidade, em alternativa ao oferecimento civilizacional sugerido pelos colonizadores, o paradigma nacionalista oferecia uma proposta radical. O projeto de emancipação avançado pela Frelimo, desde inícios da década de 1970, combinava uma narrativa gerada pela luta nacionalista, centrada na denúncia do imperialismo e do seu agente, o colonialismo, e dos seus vícios, com uma visão nacional de um futuro melhor para os moçambicanos e moçambicanas (BORGES COELHO, 2011, p. 285). Porém, a empresa nacionalista, apelando à igualdade provocou, de forma dramática, o apagamento das diferenças que formavam o tecido social do país, gerando profundas contradições, sinónimo de continuidades com mecanismos de dominação modernos que continuam a impor a sua ação (MENESES, 2011).

O carácter eminentemente político do projecto nacional em curso em Moçambique detecta-se, em primeiro lugar, pela artificialidade das fronteiras territoriais em que se desenvolvem. A política do próprio Estado pós-colonial moçambicano é exemplo de patrocínio de um complexo de um conjunto de referências memoriais associadas a uma certa elite política (WERBNER, 1998, p. 8), funcionando como uma estratégia poderosa de afirmação e legitimação da narrativa oficial. Como Bhabha destaca (1990, p. 292), qualquer projeto nacional

carrega o fardo da construção de uma memória política coletiva. E qualquer projeto nacional está igualmente repleto de silêncios, esquecimentos, de atores e processos políticos ausentes; neste sentido, a visão da nação moçambicana, ao assentar numa politização do passado e das lutas atuais, esconde sempre inúmeras ambiguidades.

A mística da luta armada conjugou-se com o uso oficial do português, como elementos centrais ao projecto de unidade nacional, confrontando um inimigo comum identificado na pessoa do colonizador e do imperialismo. Em 1983 Fernando Ganhão, um dos intelectuais da Frelimo, afirmava:

Nas zonas libertadas⁵, moçambicanos de várias regiões construíram em conjunto um novo tipo de vida, criaram novos padrões de valores morais, normas de conduta e relacionamento, atitudes que os definiam pouco a pouco como seres característicos, identificáveis numa nova qualidade nascida com a guerra, a moçambicanidade. E eram homens que falavam línguas diferentes, que tinham hábitos alimentares díspares, que tinham variadas manifestações culturais, mas que se irmanavam e sentiam realizados como cidadãos duma mesma Pátria (apud MENDONÇA, 1985, p. 393).

Porque vários dos agentes intelectuais têm ocupado lugares de destaque quer a nível do Estado, quer da sociedade civil, aliado ao facto de muitas das associações funcionarem em estreita relação com o poder, a nação moçambicana como projecto político tende a ser vista mais nesta vertente, em que o ‘nacional’ surge fruto de um trabalho ideológico. Porém, o projecto cultural permanece pouco homogéneo e povoados de múltiplas imaginações.

188

INTERROGAÇÕES PARA AMPLIAR O DEBATE das cartografias de pertença

Tal como noutros contextos africanos (MAMA 2007, p. 16), em Moçambique a identidade nacional permanece um projecto em construção. Nesta qualidade, a nação política-cultural moçambicana sobrepõem-se a outros imaginários, gerando novas relações entre pessoas e obrigando a reinterpretar as históricas. As identidades estão intimamente ligadas à sua capacidade de produzir uma determinada leitura ou interpretação do passado e a reter ou estabelecer mesmo controle sobre o património cultural. Para muitos, a ideia subjacente é a de

⁵ Os territórios ‘libertos do inimigo’, as zonas libertadas, foram politicamente concebidas como “o laboratório científico” do futuro Moçambique independente (BRAGANÇA, 1980, p. xxii).

que a literatura pode assumir uma função de coesão nacional, fruto da relação que se instaura entre o escritor e os seus leitores. Embora diferentes referentes sociais persistam no país, a nação moçambicana vai-se contrapondo a multilocalidades, a trajectórias genealógicas continentais e oceânicas, sendo já uma forma de identificação incontornável.

Quais os pés disciplinares de apoio à reflexão sobre a ‘nação’ em Moçambique? Fazendo uso da metáfora dos pés da mesa com que a poesia de Mutimati Barnabé João nos alicia (2008, p. 59), e cruzando áreas disciplinares, este artigo procura contribuir, de maneira provocadora, ao debate sobre os processos identitários em Moçambique.

A primeira interrogação diz respeito ao uso de leituras pós-coloniais e à problematização do espaço-tempo que é Moçambique, insistindo no desmistificar de leituras essencialistas e a-históricas (MENESES, 2008). Neste sentido, a utilidade heurística de conceitos como ‘nação’ depende muito da forma em como este é utilizado para explicar e justificar os processos e práticas sociais e políticas específicas, quer hoje, quer no passado. O meu lado de historiadora leva-me a reforçar a ideia de que questionar a nação e as narrções sobre pertenças passa pelo questionar da construção da ideia de Moçambique, e como esta ideia tem sido usada e disputada, preenchida de narrativas que reflectem inúmeros projectos e opções políticas que povoam Moçambique.

Historicizar o subalterno não é escrever, de novo, a história no singular, como pode parecer, essencializando, de forma radical, a diferença enquanto momento de impossibilidade de tradução intercultural. Como alternativa, proponho, a partir do trabalho teórico de Boaventura de Sousa Santos (2009), o desenvolver de processos de tradução intercultural que permitam identificar as especificidades dos processos, dar voz a quem tem sido silenciado pela sua diferença radical; esta proposta assume uma importância crucial neste processo de tradução, como forma de ultrapassar as ratoeiras geradas pelo essencialismo. Esta nova historiografia acontece a partir de locais múltiplos de construção e interpretação histórica, reabilitando os sujeitos de acordo com a especificidade da sua relação com as várias facetas dos projectos políticos em confronto. As histórias plurais em diálogo relatam contactos e continuidades, e são tanto mais credíveis quanto construídas através de debates e análises escrupulosas de várias perspectivas e situações, alargando o reconhecimento da diversidade epistémica

do mundo, quando, em simultâneo, põem um fim a qualquer das teleologias existentes.

Uma segunda interrogação tem a ver com as abordagens e teorizações existentes. O campo das ciências sociais e das humanidades tem procurado desenvolver teorias que incluam a humanidade, no seu conjunto. Mas estas propostas foram e continuam a ser produzidos com uma relativa ignorância da maioria da humanidade que habita os espaços diversos do Sul global.

Como Dipesh Chakrabarty sublinha (1992), o paradoxo resulta do facto de muitos dos cientistas sociais do Terceiro Mundo, muitos de nós, trabalharem a partir destas propostas teóricas, apesar desta estarem prenhes de ignorância sobre 'nós', aceitando-as acriticamente como úteis para procurar estudar as nossas sociedades. Pergunto-me pois, se para analisarmos a complexidade de Moçambique não era importante jogar a mão a outras propostas teóricas, desenvolvidas naquele outro lado do mundo, tentando quebrar estereótipos, silêncios, amnésias, esquecimentos.

Um terceiro momento tem a ver com o espaço-tempo em que as acções se desenvolvem, deixando a sua marca. Fazendo uma avaliação dos quase quarenta anos de Moçambique independente teremos de distinguir aqui dois tempos: o tempo em que os factos tiveram lugar e o tempo da sua enunciação, ou seja, o tempo corrente. Por outras palavras, o que se indaga destes processos revela, em simultâneo, muito sobre o passado mas também sobre as dúvidas presentes e a realidade que as acompanha (SARLO, 2007). Questionar as narrativas sobre a nação moçambicana ajuda a rematar pontas e a acrescentar novas rendas a esta peça de crochet sobre processos identitários. Para além de referirmos eventos, temos de discutir os itinerários que nos trouxeram até ao presente, e discuti-os numa perspectiva dialógica. A história é poder. É possibilidade de falar e definir o que somos e porque somos assim, em diálogo. O poder é a habilidade de não apenas contar uma história, mas tornar essa história parcial na verdade definitiva, na única História (TROUILLOT, 1995).

A quarta interrogação, de natureza epistémica, mas que importa aqui trazer, incide sobre a interpretação da violência que atravessou Moçambique independente e que tem sido grosso modo descrita como guerra civil. Lembrar os 10 anos de guerra de libertação (1964-1974) não pode deixar na

sombra a militarização desta sociedade moçambicana por parte quer do regime colonial, quer da FRELIMO; desta conjuntura resultou um gigantesco potencial de violência inerente. E esta violência ordenada – organizada e induzida ‘de cima’ – depende do grau de militarização das sociedades.

De acordo com João Paulo Borges Coelho (2009), a guerra civil resultaria da decisão de uma determinada parte da sociedade em rebelar-se contra o Estado do país, numa lógica dicotômica de procura de algum ganho material ou político. Mas a independência de Moçambique deve ser lida, também, como um momento político que correspondeu a uma profunda alteração da geo-política na África Austral em meados da década de 1970, marcada pelo desaparecimento do colonialismo na região, deixando apenas os casos atípicos da África do Sul do ‘apartheid’ e da então Rodésia⁶ (MENESES e SENA MARTINS, 2013). Para este último país, o Moçambique independente, governado por um regime político que transitara de um movimento de libertação simbolizava dois perigos fundamentais: por um lado alargava a fronteira rodesiana exposta à infiltração da guerrilha nacionalista, e por outro ameaçava o vital acesso ao mar. O apoio de Moçambique à luta nacionalista da guerrilha zimbabueana e a adopção das sanções da ONU contra a Rodésia resultaram no corte de relações com a Rodésia e na emergência de uma guerra entre os dois Estados, enquanto os serviços secretos rodesianos apoiavam a formação do MNR - Mozambique National Resistance. Por si só esta criação exógena não explica a adesão rápida de um importante número de moçambicanos ao contingente rebelde. É por isso necessário ter em conta outros factores, incluindo a persistência de situações de pobreza, a distância temporal em relação a um conflito anterior, a dominância étnica e, ainda, a instabilidade política. É que esta guerra iniciou-se num clima de entusiasmo popular face à independência, e de um elevado capital de popularidade granjeado pelas anunciadas medidas igualitárias do movimento de libertação, a FRELIMO.

Este tema leva-me a uma outra interrogação, sobre Moçambique e a relação com o Índico. Numa leitura da história a partir das perspectivas teóricas de Immanuel Wallerstein (1974), Eric Wolf (1982) ou de Enrique

⁶ Atual Zimbabwe.

Dussel (1994), o espaço que medeia entre 1400 e 1492 é definido como o momento crucial do início do sistema mundo moderno e para os avanços do capitalismo assente no comércio e tráficos internacionais. Mas este estudo peca por dar seguimento à leitura kantiana da história, vista como um processo linear que ia de oriente para ocidente. Esta história tem de ser recontextualizada devido à importância dos fluxos comerciais internacionais no Índico desde o início da nossa era,⁷ e no Mediterrâneo e nos mares da China a partir do séc. IX (LOMBARD e AUBIN, 1988). A pertença ao espaço do Índico, onde Moçambique se integra, obriga a uma sofisticação mais ampla dos sentidos dos conceitos e dos pontos a partir dos quais analisamos as realidades presentes (MENESES, 2008). Procurar sobrepor ao Índico as propostas teóricas desenvolvidas para o Atlântico envia o campo analítico, pois tratam de realidades distintas.

Durante a primeira etapa da expansão colonial, até ao séc. XIX, a presença europeia na região que hoje corresponde a Moçambique é descrita essencialmente através das mercadorias exóticas que aí se encontravam, das lendas e histórias, assim como pelo relato de viajantes. Ao contrário das Américas, a entrada da costa oriental de África no imaginário europeu não aconteceu através de uma apropriação do espaço, onde territórios e os seus habitantes foram consumidos pela Europa. Os próprios portugueses (e posteriormente, outros europeus) utilizaram as redes comerciais existentes no circuito do Índico para obter os produtos desejados e conhecer essas realidades. Nessa altura apropriaram-se dos olhares locais para criar os seus referentes. Data dessa altura a apropriação da noção de ‘cafre’, então usada no sentido em que os muçulmanos da costa a usavam, para fazer referência aos outros, os não crentes. A grande mudança surge após a conferência de Berlim,⁸ com a ocupação efetiva do espaço que era Moçambique, que trouxe

⁷ Veja-se, a título de exemplo, Chaudhuri, 1985; Abu-Lunghor, 1989; McPherson, 1998; Bose, 2006.

⁸ A Conferência de Berlim (1884-1885) marca o estabelecer da moderna colonização do continente africano a sul do Sahara, ao definir o princípio de que as exigências sobre colónias se efetuavam não a partir das descobertas anteriores, mas sim a partir da ocupação efetiva (presença militar e administrativa) desses territórios. Catorze países estiveram presentes nas negociações sobre a partilha do continente africano: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Holanda,

consgo a transladação de um sistema de administração política e científica que se traduziu na implantação da moderna colonização (SANTOS e MENESES, 2006). Paralela à criação de África enquanto projecto imperial, a apropriação de Moçambique pela geopolítica moderna surge associada à emergência de um Portugal parte de um projecto imperial europeu. Mas é um processo recente, de 150 anos, e as marcas de outras presenças, de outras referências mantêm-se presentes nos trânsitos cosmopolitas que caracterizam a região.

Importa porém ressaltar semelhanças: a partilha de África, produzida na Conferência de Berlim, replicou no continente a construção de mapas sobre a terra bulis a ocupar. Em África, como antes nas Américas, os exploradores concretizaram o que Marie Louise Pratt descreve como a consciência europeia da produção de conhecimento (1992: 29-31). A produção de mapas e a localização de recursos humanos e naturais transformou-se numa clara indicação da centralidade da importância da terra para os europeus, enquanto propriedade no espaço colonial. Estes espaços 'reais', agora traduzidos em mapas – significavam a posse da terra, a formalização do direito colonial a esses territórios. Nos termos e nas perspectivas ditada pela Europa.

1492, como muitos vários autores defendem, inaugura a epistemologia do saber ocidental e da conquista (DUSSEL, 1994). Mas que outras histórias não estarão a ser contadas? A globalização não foi produto patenteado do ocidente; a Europa chegou, de facto, bem atrasada ao sistema mundo, tendo apenas, no Índico, se juntado a sistemas de trocas comerciais que já funcionavam desde há muito. Estes contactos globais afirmaram processos de desenvolvimento a partir de contactos marítimos, onde a troca de saberes e de culturas produziu cidades cosmopolitas como o cairo, Tombuctu, Malabar, Zanzibar ou Goa. Nestes espaços, transacionavam-se especiarias, sabores e saberes, onde as epistemologias do sul fermentavam para além da homogeneidade, essencialismo ou conquista.

Como consequência, do ponto de vista político, a história de muitos dos cidadãos de Moçambique independente reflecte as histórias cosmopolitas do oceano Índico, constituindo um desafio às novas identidades, dando azo à emergência cosmopolitismos locais, como reportam as realidades estudadas por Engeng Ho no Índico ocidental (2006).

Esta questão conduz a outra: faz sentido analisar regiões e realidades tão distintas como Moçambique, Angola e mesmo o Brasil? O que se busca comparar: raízes passadas ou futuros comuns? O facto de terem ambos sido colónias de povoamento de Portugal marca, sem dúvida, o campo das narrativas sobre a construção destas nações, mas não termina nem se encerra apenas nestas relações.

Mas um elemento me parece importante sublinhar quanto a Moçambique: a história, especialmente da luta armada, mantém-se um elemento fundamental de estruturação dos sentidos de pertença, sobre o projecto nacional, base da moçambicanidade. Esta história ecoa nas músicas revolucionárias que organizavam o povo, e que todos cantavam, em várias línguas nos primeiros anos da independência.

Para o caso de Moçambique, que é o que melhor conheço, na avaliação da condição identitária, as condições de base das comunidades e as crenças políticas subjectivas têm ambas de ser cuidadosamente avaliadas. Na análise do projecto político subjacente à ideia de nação interessa distinguir entre uma categoria socialmente construída, e o grupo que se inscreve nessa categoria. No caso de Moçambique, esta análise passa pelo estudo do projecto da construção da cidadania política – matar a tribo para construir a nação, abaixo o tribalismo, abaixo o obscurantismo –, e a cidadania cultural, valor essencial à afirmação da diferença e da denúncia da intervenção colonial em Moçambique (MENESES e RIBEIRO, 2008).

Este ponto remete para uma nova inquietação. A investigação das condições pós-coloniais exige novos ajustes de tradução aos contextos de produção semântica: por exemplo, porque se usa resistência nuns contextos e noutros se refere às lutas nacionalistas? Cruzar e compreender o lugar da guerra colonial e os contextos e razões das lutas pelas independências nacionais é um outro exemplo.

Os vários paradigmas em debate – paradigma colonial, anti-colonial e o nacionalista – encontram eco em múltiplas narrativas. Em tempos modernos, a expressão mais visível das narrativas opostas à oferecida pelos colonizadores foi a grande narrativa gerada pela luta nacionalista, centrada na denúncia do colonialismo e dos seus vícios e na elaboração de um projecto nacional de futuro. Esta narrativa, repleta de promessas de um futuro melhor, procurando evitar diálogos com o passado, ainda muito apoiada em raízes eurocêtricas, ainda que nacionalista e organicamente local, está na origem da ideia de Moçambique para os moçambicanos e moçambicanas. Este projecto, apelando à igualdade provocou, de forma dramática, o apagamento das diferenças que formavam o tecido social do país, gerando profundas contradições, sinónimo de continuidades com mecanismos de dominação modernos que continuam a impor a sua acção.

Como situar a ideia de nação, veiculada pela luta nacionalista, em relação às outras grandes narrativas, como a etnicidade, raça, religiões, género? Em que lugar se situam perante a ‘nova’ hegemonia discursiva ligada a um projecto nacional? Antes da independência, mas sobretudo com a independência, o projecto político de Moçambique e o projecto político da FRELIMO pareciam coincidir, inventando-se um passado único capaz de fazer emergir os ‘moçambicanos’ unidos, sem fractura e sem diferença, em nome da luta contra um inimigo comum – a colonização (BRAGANÇA e DEPELCHIN, 1986). Como resultado, têm-se produzido propostas que vão rejeitando, emendando e finalmente desafiando a hegemonia deste projecto nacional criado no bojo de uma proposta exógena, questionando o seu valor enquanto representativo da nação moçambicana que simultaneamente vai descuincidindo com o Estado moçambicano; narrativas que vão questionando uma historiografia de sentido único, questionando a organicidade dos heróis e mitos nacionais.

Mas a diversidade insistiu na sua presença, encontrando formas outras de protesto e de afirmação: a arte, a música, a literatura, etc. Estas formas de expressão são pilares, locais de memórias, que desafiam a centralidade da história oficial, que garante a ideia de estado-nação em Moçambique. Este conceito, forjado no centro da modernidade europeia, tem vindo a suscitar inúmeras críticas quanto aos seus aspectos normativos. Num país multicultural, haverá lugar apenas para um cânone de cidadania, de referência de pertença? Quais os referenciais de nação que estão subjacentes ao projecto?

RETORNANDO aos 'pós'...

No contexto complexo do Sul global, o uso do pós-colonial exige que se revisitem e analisem outros conceitos que lhe estão associados, como é o caso da descolonização. Este revisitar é central para problematizar uma reflexão mais ampla, transformando realidades que a teleologia histórica insiste em produzir como passado em temporalidades semelhantes, contemporâneas mas não simultâneas (FABIAN, 1983). Debates que insistem em inventar um universo homogêneo – ‘o pós-colonialismo lusófono’, por exemplo – arriscam-se a aniquilar a complexidade, os percursos, as rupturas, as ligações a outros universos, o acesso a outras histórias. As independências africanas em Portugal foram vistas como parte da marcha da história. Para Moçambique, elas foram a ruptura desta marcha, do colonialismo triunfante, um símbolo de vitória, de ruptura com o passado. E o estado moçambicano (através do partido no poder, o partido Frelimo) tem promovido o uso controlado do passado de luta nacionalista para criar a memória política que favoreça e reforce a ‘sua’ ideia de nação, de onde estão excluídos outros movimentos e projetos nacionalistas (MENESES, 2008).

196

A descolonização é muito mais do que a mera transição para a independência, ou a transferência de poderes. A descolonização exige a análise das lutas, compromissos, promessas, e o repensar dos conceitos fundamentais que ligavam espaços e tempos.

No mundo atual, no Sul global, os cenários pós-coloniais em presença são extraordinariamente distintos. A diversidade da América Latina é distinta do que ocorre em África ou dos contextos europeus. E dentro de cada um destes macro-cosmos, existe uma infinidade de micro-cosmos todos infinitamente distintos entre si. Contudo, se esta diferença espaço-temporal apela para a diferença dentro do Sul, a experiência colonial comum permite a constituição de um Sul global, onde a condição pós-colonial se impõe cada vez mais na análise e caracterização das condições políticas específicas. Comum a este Sul global é uma crítica que procura identificar e radicalmente ultrapassar a persistência da colonialidade do poder e do saber (dominação, exploração, marginalização e opressão) para além do processo das independências políticas.

A problemática da descolonização e da pós-colonialidade exige uma revisão crítica de conceitos centrais, hegemonicamente definidos pela racionalidade moderna, como é a história, cultura ou conhecimento. Revisitar estes conceitos integra várias exigências: a histórica, ou seja, a necessidade de repensar todos os passados e perspectivas futuras à luz de outras perspectivas, que não as do Norte global; a ontológica, que passa pela renegociação das definições do ser e dos seus sentidos; e, finalmente, a epistémica, que contesta a compreensão exclusiva e imperial do conhecimento, desafiando o privilégio epistémico do Norte global.

A ligação entre a literatura, a nação e a língua é ela própria geradora de dinâmicas conflituais, que devem ser analisados em detalhe: o debate entre autenticidade e exotismo, entre português de Moçambique e língua portuguesa, entre outros. A literatura está profundamente envolvida nos debates pós-coloniais, pois que os estudos pós-coloniais se têm vindo a projectar com uma dupla valência: reconstróem um objecto literário historicizando-o, substituindo-o numa narrativa que procura ter em atenção a relação entre o império e as colónias.

Este tema reflete uma outra tensão, a impossibilidade de definir de forma homogénea a literatura moçambicana. O lugar do português permanece problemático: trata-se de uma língua colonial e, simultaneamente oficial (FIRMINO, 2008). Mediando entre as várias línguas nacionais, o português detém uma função especial e fundamental; neste contexto, vale a pena perguntar se esta língua, com as suas transformações, não é já uma língua nacional. Noutra patamar, pensar o espaço literário da nação moçambicana, como projecto, passa pelo questionar das fronteiras entre géneros de literatura (entre a oratura e a literatura, por exemplo), reflectindo sobre as ligações dialécticas que unem e separam estas distintas literaturas (AHMAD, 1992, p. 243-244).

Especificamente, os estudos pós-coloniais têm privilegiado os estudos sobre a relação colonial, buscando estudar de forma mais densa e complexa as ramificações políticas e culturais do colonialismo nas sociedades contemporâneas. Como projecto intelectual, estes estudos procuram descentrar o olhar e as concepções eurocêntricas na análise social, introduzindo uma análise crítica para transformar o presente, onde a análise das estratégias discursivas desempenha um papel fundamental. No centro desta abordagem à situação colonial (BALANDIER, 2002) está a necessidade de considerar o encontro colonial como uma totalidade, um sistema de relações de poder onde a sociedade colonial e as sociedades colonizadas estão imbricadas, nas suas múltiplas vertentes

(económicas, políticas e culturais). Para o caso de Moçambique, esta proposta auxilia a produzir uma análise mais precisa, mostrando a dupla história imposta a este país: a própria, na sua *longue durée*, com toda a diversidade associada, e a que foi condicionada pela moderna colonização portuguesa, com as suas especificidades. O pós-colonial funciona assim como um idioma crítico que procura reflectir sobre os processos de descolonização, nas zonas geradas pela violência do encontro colonial. Questionar as hegemonias presentes deverá ser visto como uma possibilidade contingente de mudança em direcções que não reproduzem a subordinação cultural, política e económica. Este questionamento crítico não é um fim em si mesmo, mas um estímulo a uma compreensão mais ampla das várias tentativas e dos múltiplos processos políticos, questionando a sua ontologia. De forma mais ampla, os estudos pós-coloniais insistem nas articulações, imbricações e interligações entre várias representações do tempo e do espaço. Esta abordagem remete-nos do passado para o futuro, das lutas pela afirmação do direito à autodeterminação para a esperança de um futuro de reconhecimento recíproco, de uma nova estética de partilha (SAID, 1977, p. 353). Neste contexto, importa questionar a literatura moçambicana como projecto ficcional que se desenvolve em torno de uma outra ficção: o Moçambique ‘universal’, gerado pela conjugação de um discurso político e literário cosmopolitamente local (HO, 2006), que se transforma em categoria. “Não esquecer o tempo que passou”, como cantávamos no Moçambique revolucionário, implica ir muito além do projecto político nacional, das memórias oficiais, políticas, do Estado; não esquecer implica recuperar outros saberes e experiências, produzindo novas relações e sujeitos, como forma atrair ao cânone outros momentos, a outras histórias, ecoando o apelo de Aimé Césaire (1955) a uma democratização da História.

198

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Janet. *Before European Hegemony: the World-System, AD. 1250-1350*. New York: Oxford University Press, 1989.

AHMAD, Aijaz. *In Theory*. London: Verso, 1992.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. London: Verso, 1983.

BALANDIER, Georges. “La situation coloniale: ancien concept, nouvelle réalité”, *French Politics, Culture & Society*, 20 (2), p. 4-9. 2002.

BHABHA, Homi. *Nation and Narration*. London: Routledge, 1990.

BOEHMER, Elleke. *Colonial and Postcolonial Literature. Migrant metaphors*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

BORGES COELHO, João Paulo. *A ‘Literatura Quantitativa’ e a Interpretação do Conflito Armado em Moçambique (1976-1992)*. Trabalho apresentado à Conferência Internacional Pobreza e Paz nos PALOP. Lisboa: Centro de Estudos Africanos ISCTE-IUL, Novembro de 2009.

BORGES COELHO, João Paulo. “Notas em Torno da Representação Africana de África (ou alguns dilemas da historiografia africana)”. In Rodrigues, José Damião; Rodrigues, Casimiro (org.) *Representações de África e dos Africanos na História e Cultura – Séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, p. 281- 290, 2011.

BOSE, Sugata. *A Hundred Horizons: the Indian Ocean in the age of global empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

BRAGANÇA, Aquino de. “Le Marxisme de Samora”, *Afrique Asie*, 217 (8 de Julho), p. xix-xxii, 1980.

BRAGANÇA, Aquino de; DEPELCHIN, Jacques. “Da Idealização da FRELIMO à Compreensão da História de Moçambique”. *Estudos Moçambicanos*, 5/6, p. 29–52, 1986.

CHAKRABARTY, Dipesh. “Who Speaks for ‘Indian’ Past?” *Representations*, 37, p. 1-26. 1992.

CHAUDHURI, Kirti N. *Trade and Civilization in the Indian Ocean: an economic history from the rise of Islam to 1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

CESAIRE, Aimé. *Discours sur le Colonialisme*. Paris: Présence Africaine, 1955.

DUSSEL, Enrique. 1492 - El Encubrimiento del Otro: hacia el origen del ‘mito de la modernidad’. La Paz: Plural Editores, 1994.

FABIAN, Johannes. *Time and the Other: how anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press, 1983.

FIRMINO, Gregório. *Processo de transformação do Português no contexto pós-colonial de Moçambique*. Comunicação apresentada ao Colóquio - Português, Língua Global. Maputo: Março de 2008.

HO, Engseng. *The Graves of Tarim: genealogy and mobility across the Indian Ocean*. Berkeley: University of California Press, 2006.

HOBSBAWM, Eric. *Nations and Nationalism since 1780*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

JOÃO, Mutimati Barnabé. *Eu, o Povo*. Lisboa: Biblioteca Editores Independentes, 2008.

LOMBARD, Denys; AUBIN, Jean (org.). *Marchands et Hommes d'affaires Asiatiques dans L'Océan Indien et la Mer de Chine, 13e-20e siècles*. Paris: Editions EHESS, 1988.

MAMA, Amina. "Is It Ethical to Study Africa? Preliminary Thoughts on Scholarship and Freedom", *African Studies Review*, 50 (1), p. 1-26, 2007.

200

MCCLINTOCK, Anne. *Imperial Leather: race, gender and sexuality in the colonial contest*. London: Routledge, 1995.

MCPHERSON, Kenneth. *The Indian Ocean: a history of people and the sea*. New Delhi: Oxford University Press, 1998.

MALDONADO-TORRES, Nelson. "On the Coloniality of Being", *Cultural Studies*, 21 (2), p. 240-270, 2007.

MENDONÇA, Fátima. "O conceito de nação em José Craveirinha, Rui Knopfli e Sérgio Vieira". In *Les littératures africaines de langue portugaise*, Actes du Colloque International. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, p. 407-416, 1985.

MENESES, Maria Paula. "Mundos Locais, Mundos Globais: a diferença da história". In CABECINHAS, Rosa; CUNHA, Luis (org.) *Comunicação Intercultural: perspectivas, dilemas e desafios*. Porto: Campo das Letras, p.75-93, 2008.

MENESES, Maria Paula. "Images Outside the Mirror? Mozambique and Portugal in World History", *Human Architecture*, 9, p. 121-137, 2011.

MENESES, Maria Paula; SENA MARTINS, Bruno (org). *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina, 2013.

MENESES, Maria Paula; RIBEIRO, Margarida Calafate. “Cartografias Literárias Incertas”. In RIBEIRO, Margarida Calafate; MENESES, Maria Paula (org.). *Moçambique: das palavras escritas*. Porto: Afrontamento, 9-17, 2008.

PRATT, Marie-Louise. *Imperial Eyes: travel writing and transculturation*. New York: Routledge, 1992.

RATTANSI, Ali. “Postcolonialism and its discontents”, *Economy and Society*, 26 (4), p. 480-500, 1997.

SAID, Edward. *Orientalism*. London: Penguin, 1977.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. In SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, p. 23-71, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Identidades, Colonizadores e Colonizados: Portugal e Moçambique*. Relatório final do Projecto POCTI/41280/SOC/2001. Coimbra: CES, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula; NUNES, João Arriscado. “Introdução. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistémica do mundo”. In SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) *Semear Outras Soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, p. 25-68, 2005.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SPIVAK, Gayatri C. “Can the Subaltern Speak?”. In NELSON, Cary; GROSSBER, Lawrence (org.) *Marxism and the Interpretation of Culture*. Urbana: University of Illinois Press, p. 271-313, 1988.

THIONG'O, Ngäugäi wa. *Decolonizing the Mind. The politics of language in African literature*. London: Heinemann, 1986.

THINOG'O, Ngäugäi wa. *Moving the Centre. The Struggle for Cultural Freedoms*. Nairobi: EAEP, 1993.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: power and the production of history*. Boston: Beacon Press, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel M. *The Modern World-system*. New York: Academic Press, 1974.

WERBNER, Richard. "Beyond Oblivion: confronting memory crisis". In WERBNER, Richard (org.) *Memory and the Postcolony. African anthropology and the critique of power*. London: Zed Books, p. 1-17, 1998.

WOLF, Eric. *Europe and the People without History*. Berkeley: University of California Press, 1982.

